# CooperaÃ§Ã£o e interioridade

08-Apr-2009

CriaÃ§Ã£o de redes, reforÃ§o dos serviÃ§os de mobilidade, valorizaÃ§Ã£o de recursos endÃ³genos e autonomia de decisÃ£o polÃ-tica sÃ£o quatro propostas para o desenvolvimento sustentÃ¡vel do interior do paÃ-s.

Contributo de JoÃ£o RomÃ£o

Em trÃªs quadros comunitÃ¡rios de apoio, a UniÃ£o Europeia financiou equipamentos empresariais, sociais, culturais, artÃ-sticos ou desportivos que se implementaram em todo o paÃ-s, mais Ã  medida das oportunidades abertas pelos fundos europeus do que da racionalidade dos projectos. Muitos nÃºcleos urbanos do interior estÃ£o melhor equipados mas menos povoados do que hÃ¡ 15 anos atrÃ¡s. Feito o investimento nas obras, muitos desses equipamentos estÃ£o hoje sub-utilizados: faltam as pessoas que os faÃ§am funcionar e quem os utilize.

O aumento do desemprego e a tendÃªncia dos Ãºltimos anos para uma insustentÃ¡vel concentraÃ§Ã£o da populaÃ§Ã£o em torno das Ã¡reas metropolitanas de Lisboa e do Porto impÃµem uma actuaÃ§Ã£o eficaz da administraÃ§Ã£o pÃºblica na dinamizaÃ§Ã£o destes equipamentos e na promoÃ§Ã£o da sua utilizaÃ§Ã£o, nÃ£o sÃ³ pelas comunidades locais, mas atravÃ©s da promoÃ§Ã£o da sua partilha entre populaÃ§Ãµes vizinhas. Nos Ãºltimos anos anos o governo de SÃ³crates fez o contrÃ¡rio: implementou um programa de â€œracionalizaÃ§Ã£oâ€• de serviÃ§os pÃºblicos que agravou o processo de desertificaÃ§Ã£o humana do interior.

A partilha de equipamentos obriga Ã  promoÃ§Ã£o da mobilidade entre centros urbanos e exige que a mobilizaÃ§Ã£o das populaÃ§Ãµes locais (com a criaÃ§Ã£o de programas culturais, educativos, formativos, artÃ-sticos ou de convÃ-vio e lazer que mobilizem escolas, associaÃ§Ãµes e, em particular, a populaÃ§Ã£o jovem) seja complementada com a das populaÃ§Ãµes vizinhas, numa lÃ³gica de complementaridade e colaboraÃ§Ã£o. Ã‰ por isso fundamental a criaÃ§Ã£o de redes de transportes pÃºblicos, cuja rentabilidade nÃ£o pode ser assegurada pelos utilizadores e implica um importante investimento pÃºblico. Apesar destes custos, redes eficientes de transportes podem contribuir para melhorar significativamente a qualidade de vida das populaÃ§Ãµes do interior e para uma utilizaÃ§Ã£o mais eficaz dos equipamentos existentes.

A sustentabilidade dos processos de desenvolvimento econÃ³mico e social locais depende em grande medida da sua adequaÃ§Ã£o Ã s especificidades do territÃ³rio: a sua articulaÃ§Ã£o com o ambiente e a paisagem, a valorizaÃ§Ã£o dos produtos e culturas especÃ-ficos ou a integraÃ§Ã£o da populaÃ§Ã£o local em actividades produtivas estÃ¡veis e bem remuneradas. A reduzida dimensÃ£o das empresas e dos nÃºcleos urbanos do interior dificulta esta afirmaÃ§Ã£o e exige medidas efectivas de apoio e fomento do associativismo e do cooperativismo, que facilitem o aumento das escalas de produÃ§Ã£o ou a distribuiÃ§Ã£o de produtos associados aos recursos endÃ³genos.

A ausÃªncia de poderes polÃ-ticos regionais eleitos remete para um despropositado centralismo todas as polÃ-ticas de desenvolvimento do interior. A actual utilizaÃ§Ã£o dos fundos comunitÃ¡rios de apoio ao desenvolvimento regional Ã© esclarecedora: a gestÃ£o e definiÃ§Ã£o estratÃ©gica de aplicaÃ§Ã£o dos fundos disponÃ-veis continua a assentar numa estrutura centralista e burocrÃ¡tica, que condiciona todos os processos de desenvolvimento regional ao cumprimento das normas e dos calendÃ¡rios centralmente definidos, muitas vezes distantes das realidades concretas e das necessidades das populaÃ§Ãµes.

O resultado Ã© o que se vÃª: em dois anos, apenas foi utilizado 1% dos fundos de apoio ao investimento previstos para o perÃ-odo 2007 â€“ 2013. Com eleiÃ§Ãµes Ã  porta, o governo lanÃ§a agora sucessivos concursos, aumenta as dotaÃ§Ãµes orÃ§amentais inicialmente previstas e facilita a adjudicaÃ§Ã£o de obras por ajuste directo, promovendo uma corrida contra o tempo em que, mais do que a adequaÃ§Ã£o dos projectos Ã s realidades, importa utilizar depressa os recursos

financeiros disponÃ-veis. Mais uma vez, disfarÃ§a-se com despesas, relevantes ou nÃ£o, a ausÃªncia de estratÃ©gias prÃ³prias e autÃ³nomas de cada regiÃ£o em defesa do seu prÃ³prio desenvolvimento sustentÃ¡vel.